



## **PROGRAMA DIALOGAR: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO PARA OS COLEGIADOS AMBIENTAIS**

**Sandy Gabrielly Souza Cavalcanti**

Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente  
cavalcantisgsc99@gmail.com

**Bruno Bastos Linhares Sobrinho**

Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente  
brunobastos1997@gmail.com

**Ádria Maria de Oliveira Ribeiro**

Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente  
adriaribeirok@gmail.com

**Isabelle Aparecida Dellela Blengini**

Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente  
belle\_biologia@yahoo.com

### **RESUMO**

O Programa Dialogar é uma capacitação realizada pelo Governo do Estado de Sergipe, por meio da Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente e de sua Gerência de Educação Ambiental e Relações Sociais. Essa formação foi construída pela equipe técnica do processo de forma democrática e orgânica. Foi realizada de forma remota, em virtude dos protocolos de segurança da Pandemia da Covid19. O público-alvo foi os colegiados ambientais, visto que existia uma demanda quanto a participação ativa dessa representação social nas políticas públicas de meio ambiente. No entanto, houve pouca adesão por parte desse público, mas surpreendentemente tivemos uma boa participação de representantes dos municípios e outros interessados no fortalecimento da Educação Ambiental do Estado.

**GT 1:** Instrumentos e vivências em Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** formação ambiental; participação social; colegiados ambientais; meio ambiente; educação ambiental.

## INTRODUÇÃO

O Programa Dialogar é um curso de capacitação ofertado pela Gerência de Educação Ambiental e Relações Sociais (GER), uma unidade operacional da Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SERHMA), em cuja estrutura regimental está inserida na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e da Sustentabilidade (SEDURBS).

Delineadas como uma meta do planejamento estratégico do Estado de Sergipe, as ações de capacitação continuada (sendo o Dialogar uma delas) visam a transformação da sociedade, a partir de novos valores de conservação e preservação ambiental, com o intuito de construir uma sociedade mais justa e sustentável.

A Educação Ambiental (EA) trabalhada dentro desse espaço ecopedagógico segue a vertente crítica, pois entendemos que só é possível concretizar o processo educativo através da participação social (CARVALHO, 2014). Visto que, no Brasil, a área ambiental é um campo que apresenta diversas fragilidades na implementação e gerenciamento de processos permanentes de EA, uma forma de transformar essa realidade é investir esforços na mobilização dos envolvidos no processo, que deve assumir a Educação Ambiental como instrumento de concretização de uma nova visão de mundo, por meio de planos, programas e projetos que viabilizem o empoderamento dos atores sociais (NEPOMUCENO, 2017).

Assim, é um movimento não partidário e que não pode ser entendido como neutro, pois essa EA está firmada em conceitos como justiça social, inclusão, democracia, emancipação e sustentabilidade, visto que o entendimento da realidade social é indispensável para a criação de um paradigma com novos valores ambientais.

A nossa Política Estadual de Educação Ambiental (Lei N° 6.882/2010), estabelece a ação de capacitação como uma forma de integrar, valorizar e aperfeiçoar os conhecimentos ambientais, tanto no âmbito da Gestão pública e privada, como no âmbito da sensibilização da população, nos seguintes artigos:

**Art. 2º** Os pilares desta política estão consubstanciados nos componentes Educação Ambiental e Sustentabilidade, que viabilizam os processos de gestão ambiental com políticas multissetoriais, com ética e formação de cidadania, voltados para a inclusão social.

**Art. 5º** Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental, incumbindo: [...] VI – às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promoverem planos, programas e projetos destinados à capacitação e formação iniciada, continuada e permanente dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

**Art. 9º** A Política Estadual de educação Ambiental em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental tem como objetivos: I – promover a Educação Ambiental por meio da sensibilização e da formação continuada, proporcionando a compreensão integrada do meio ambiente, evidenciando a inter-relação dos aspectos sociais, políticos, legais, científicos, tecnológicos, econômicos, ambientais, éticos e culturais no Estado de Sergipe;

**Art. 11º** Entende-se por Educação Ambiental Não Formal, as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, tendo como diretrizes: I – realizar cursos de capacitação e formação continuada para aperfeiçoamento de quadros técnicos de instituições públicas, empresas privadas e organizações não governamentais para o exercício em atividades de controle, preservação, conservação, fiscalização e educação para o meio ambiente como suporte à formação de multiplicadores às ações de educação ambiental no Estado; II – promover, considerando a paridade de gêneros, capacitação e formação de usuários dos recursos naturais, tais como líderes comunitários, movimento de mulheres, Gestores de Recursos Naturais, Técnicos, Legisladores, Setor da Indústria, Agricultura, Irrigação, Comércio, Construção Civil, Mineração, Pesca, Turismo, Lazer, Agentes Ecológicos, Ambientais, e outros; [...]

Dessa forma, seguindo a orientação da Lei N° 6.882/2010, o Dialogar tem como objetivo a construção de uma consciência coletiva a partir de processos dialógicos do pensar, do agir e do refletir. Sendo assim, envolve a intenção de enraizar a Educação Ambiental e valorizar os diversos fazeres e saberes de todos(as) envolvidos nesse processo formativo, por meio deste e de outros processos que fomentem espaços participativos e democráticos na promoção da construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

## **O PLANEJAMENTO DO PROGRAMA DIALOGAR**

O planejamento do curso de formação do Programa Dialogar foi iniciado no ano de 2021, durante o momento da construção do Plano de Ação da Gerência de Educação Ambiental e Relações Sociais (GER), documento de gestão governamental do Estado, que programa e institucionaliza todas ações do ano seguinte.

A escolha do público-alvo para essa formação se deu em virtude da existência de uma demanda no fortalecimento dos colegiados ambientais de Sergipe. Visto que, de

acordo com a vivência na gestão de Educação Ambiental no âmbito estadual, alguns estão criados, mas carecem de uma participação ativa.

A Constituição Federal (1988) estabelece, no capítulo do seu artigo 225, a importância da colaboração entre os atores da sociedade civil e do poder público, através da obrigação de garantir o meio ambiente sadio e equilibrado para a presente e futuras gerações. Para além disso, no artigo 1º em seu inciso 6, a lei ordena que a Educação Ambiental seja promovida em todos os níveis de ensino, como uma ferramenta pública de sensibilização ambiental.

O caminho direto, entre os atores citados anteriormente, são os colegiados ambientais, pois se apresentam como uma manifestação do envolvimento social dentro da gestão pública (GORDILHO e OLIVEIRA, 2014). Em virtude disso, a fragilidade encontrada nesses espaços dentro do nosso estado, trouxe a necessidade de fortalecer a participação e o empoderamento dessa representação social. Para obter êxito nesse processo de fomento aos colegiados, entendemos que devemos tratá-los de forma inovadora, como um ambiente ecopedagógico, de aprendizado e troca de saberes sobre as diferentes concepções de mundo, com o intuito de construir uma sociedade mais justa e sustentável (HALAL, 2009). Desse modo, a consciência referente a esta demanda, resultou na realização de um processo educativo e participativo, que promovesse a transversalização das Políticas Públicas estaduais relacionadas à EA no ambiente em que está sendo trabalhado.

O público-alvo estabelecido para este Programa foram os Comitês de Bacias Hidrográficas; o Conselho da Zona Costeira; Conselho de Desertificação; Conselhos Municipais; Conselhos das Unidades de Conservação estaduais; Fórum Sergipano de Mudanças Climáticas; e demais interessados no fortalecimento da Educação Ambiental no Estado.

O planejamento do Programa Dialogar durou 8 meses, que ocorreu entre os anos de 2021 e 2022, pela equipe técnica responsável pela organização e execução dessa ação governamental, composta por técnicos e estagiários da SERHMA. Esse processo foi realizado de forma participativa e orgânica, através de um planejamento com reuniões e cronograma, com a intenção de suprir a carência de formação para os gestores da área ambiental.

Portanto, diante do ponto de vista dessa vertente da EA crítica entende-se que o aprendizado consiste em uma troca de saberes entre os participantes do processo, que permeia diversos instrumentos regulatórios. Assim, os módulos foram construídos para

dialogar com todas as áreas de atuação da Superintendência, a fim de entender todas as realidades, para agir na solução das problemáticas ambientais que fossem identificadas. Dessa forma, cada setor foi contemplado com um módulo, sendo eles:

- Educação Ambiental: Conceitos e práticas, um olhar para a participação social;
- Educação Ambiental e Unidades de Conservação;
- Educação Ambiental e Resíduos Sólidos;
- Educação Ambiental e Gerenciamento Costeiro;
- Educação Ambiental e Recursos Hídricos.

Nossa equipe técnica construiu o curso no formato remoto, em virtude das limitações estabelecidas pelos protocolos de segurança da Pandemia da Covid19. Além disso, foi escrito um material didático a respeito de cada temática, com o intuito de complementar os assuntos ministrados. Por fim, foram planejadas as atividades no formato assíncrono, através da ferramenta do Google formulário, sobre as percepções a respeito da EA e suas multiplicidades.

## **A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DIALOGAR**

O Programa foi executado por meio de 10 encontros participativos, 2 por módulo, delimitados no planejamento com a duração de 5 horas para cada reunião. A prática ocorreu nos meses de abril e maio de 2022. A duração da referida formação totalizou 62 horas, somando a parte teórica, que foi realizada através de encontros síncronos via Google meet, com a parte prática, que foi consolidada mediante a realização de atividades assíncronas.

Conforme a realização do Programa, foi disponibilizado um questionário prévio aos interessados para que, no ato de inscrição, os mesmos pudessem fornecer informações a respeito de participações precedentes de Educação Ambiental, como demonstrado na Figura 1, a seguir:

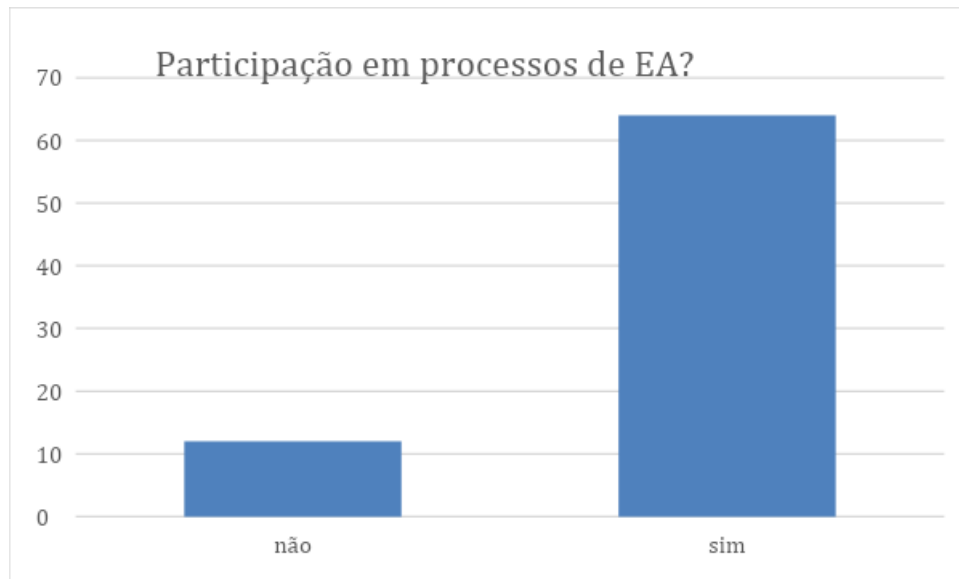


Figura 1: Gráfico retirado do questionário de Inscrição que ilustra a atuação dos inscritos no Programa Dialogar, em processo no âmbito da Educação Ambiental.  
Fonte: SERHMA

O questionário buscou também verificar a diversidade do público interessado em participar do programa de formação, como demonstrado na Figura 2, a seguir:

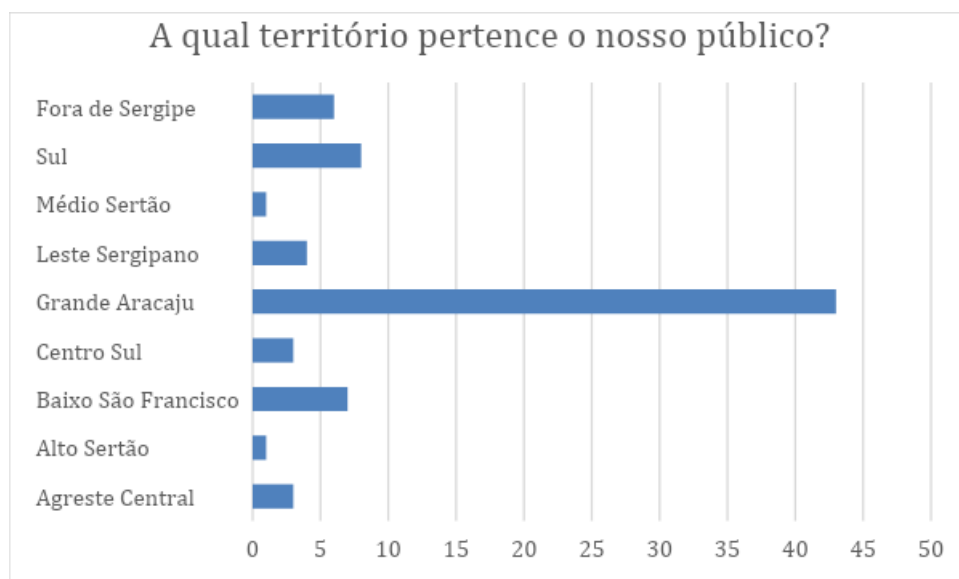


Figura 2: Gráfico retirado do questionário de Inscrição que ilustra a distribuição territorial dos inscritos no Programa Dialogar.  
Fonte: SERHMA.

Deste modo, foi possível analisar que a maioria dos participantes foram da Grande Aracaju, e a minoria localizou-se na região do Médio e Alto sertão, afirmando, assim, uma divergência já esperada dessas regiões, visto que a nossa vivência dentro da

gestão de EA estadual sugere que os municípios mais distantes da capital apresentam mais dificuldades no tocante ao seu gerenciamento.

As atividades tiveram temas a respeito da concepção sobre o que é EA e como ela pode funcionar como processo contínuo em diversos âmbitos da sociedade, com a intenção de construir junto dos participantes uma concepção sobre a aplicabilidade da EA dentro das incumbências dos colegiados e das outras representações que ali estavam presentes.

O programa apresentou como premissa a multidisciplinaridade, uma vez que a Educação Ambiental foi relacionada ao contexto de diversos setores da SERHMA.

Foram abordadas questões:

- introdutórias sobre a vertente da Educação Ambiental crítica; a importância da participação social nas políticas públicas; o fortalecimento da Rede de Educação Ambiental de Sergipe; como implantar planos, programas e projetos de Educação Ambiental dentro da gestão ambiental;
- à respeito da geração de resíduos sólidos e como prosseguir com o descarte em direção ao caminho de uma sociedade mais sustentável, consciente;
- Educação Ambiental e gestão de recursos hídricos, com foco na importância da gestão das águas, usos múltiplos, impactos e conflitos existentes (principalmente nas Bacias Hidrográficas), escassez, crise hídrica e prioridades de uso;
- Unidades de Conservação de Sergipe com foco na gestão das UC's Estaduais (MONA Grotta do Angico, RVS Mata do Junco, ARIE Mata do Cipó, APA Morro do Urubu, APA Litoral Sul e Parque Estadual Marituba), uso da Compensação Ambiental em projetos e programas de EA e inclusão das comunidades de entorno nas atividades das UC's;

Logo, durante esse momento, foi possível entender a vivência ambiental dos órgãos públicos e dos membros da sociedade civil, onde questionamentos foram levantados e trocas de experiência foram promovidas de ambos os lados, ou seja, tanto dos ministrantes responsáveis pelos módulos, como dos espectadores que estavam sendo formados.

As atividades assíncronas consistiram em questionários temáticos focados em cada uma das áreas abordadas nos módulos, com questões gerais com enfoque em Educação Ambiental transversalizando cada área ambiental trabalhada nos módulos. Durante os momentos síncronos, enquanto os palestrantes disseminavam o conteúdo,

foram propostas dinâmicas para promover a interação com os ouvintes, que teve como finalidade romper o modelo clássico onde "o professor fala e o aluno ouve", a fim de atingir o objetivo de realizar a capacitação com metodologias participativas, dentro da perspectiva ecopedagógica, do ouvir e valorizar as diferentes vivências dos envolvidos no processo.

A participação do público-alvo dos colegiados ambientais descritos anteriormente aconteceu de forma insatisfatória, de forma que, tiveram conselhos e consórcios sem representantes no Programa. No entanto, como um resultado bastante motivador, podemos ressaltar a participação de gestores de diversos municípios de Sergipe, como São Cristóvão, Salgado, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, Itabaiana, Pacatuba e Estância.

Esse cenário reforça a necessidade do Estado promover esses espaços de troca de conhecimento, que possam dar subsídio a novas políticas públicas no âmbito municipal. Outro aspecto importante foi união e fortalecimento da Rede de Educação ambiental de Sergipe (REASE), na qual através desse processo de capacitação se reestruturou, se fortaleceu e criou espaços para o enraizamento da EA no Estado, além da criação de grupos de trabalhos para uma articulação interinstitucional, voltadas para municipalização da EA e também um Grupo de Trabalho (GT) de Educação Ambiental no espaço formal, uma vez que essa demanda está sendo discutida também pela rede.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do relato dessa empolgante experiência de capacitação de Educação Ambiental, em virtude da demanda identificada pela Gestão Ambiental do Estado de Sergipe, entende-se que este processo de construção inicial foi importante para nós, equipe técnica da SERHMA, pois serviu de modelo para orientar os outros processos. Dessa forma, as fragilidades e fortalezas identificadas nesta primeira etapa do Programa Dialogar servirão de ajuste para os próximos momentos.

O passo seguinte da construção deste Programa é realizar um diagnóstico participativo nos 8 territórios de Sergipe (Agreste Central, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Centro Sul, Grande Aracaju, Leste Sergipano, Médio Sertão e Sul Sergipano). Essa etapa será constituída de forma presencial, com a finalidade de conhecer os processos de EA desenvolvidos nos municípios, provocando-os a refletirem a respeito de suas questões.



Até o presente momento, já existe uma articulação com 10 municípios do Baixo São Francisco, para que a nossa equipe possa compreender melhor a realidade deste território e, assim, possa atenuar as dificuldades enfrentadas na gestão ambiental e fortalecer as oportunidades dos municípios em questão. Posteriormente, daremos continuidade a este Programa nos outros territórios, visto que ele foi institucionalizado no Plano de Ação do Estado de Sergipe de 2023.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de abril. 1999.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.13-24.

GORDILHO, H. J. S; OLIVEIRA, T. P. Os colegiados ambientais como expressão do princípio da participação popular no direito brasileiro. Ano 51 Número 204 out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado de Sergipe. Política Estadual de Educação Ambiental Sergipe. Lei n.º 6882, 2010.

HALAL, C. Y. Ecopedagogia: Uma nova educação. Revista de Educação. vol. XII, Nº 14, 2009.

NEPOMUCENO, A. DAS TENSÕES POLÍTICAS À PRÁTICA PEDAGÓGICA SOCIOAMBIENTAL: CONTEXTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SE). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2017.